

## **Lei Nº 1.239/2017**

*"Cria a Função de Responsável Técnico (a) de Medicina e dá outras providências. "*

**Gilberto Orlando Dorigon**, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Subordinada diretamente à (o) Secretário de Saúde, fica criada, no âmbito do serviço de saúde do Município, a função de RESPONSÁVEL TÉCNICO (A) DE MEDICINA.

**Art. 2º** A função de RESPONSÁVEL TÉCNICO (A) DE MEDICINA será desempenhada por profissional de habilitação específica, conforme normas do CRM, mediante GRATIFICAÇÃO.

**Art. 3º** O médico que desempenhar a função de RESPONSÁVEL TÉCNICO (A) DE MEDICINA deverá:

- I - Ser portador (a) de nível superior em medicina;
- II - Estar inscrito no CRM; e
- III - Ser portador da TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (CRT), junto ao CRM-SC.

**Art. 4º** O profissional que desempenhar a função de RESPONSÁVEL TÉCNICO (A) DE MEDICINA fará jus a uma gratificação de 15% sobre seus rendimentos.

**Art. 5º** São atribuições do RESPONSÁVEL TÉCNICO (A) DE MEDICINA:

I - Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética dos Profissionais de Medicina e as normas referentes ao exercício profissional.

II - Organizar o Serviço de Medicina de acordo com as possibilidades financeiras e necessidades do Município, providenciando:

- a) O Regimento Interno do Serviço de Medicina;
- b) As atribuições da equipe de Médicos;
- c) O Manual de Normas e Rotinas;
- d) O Dimensionamento do quadro de pessoal de Médicos.

III - Enviar, ao CRM-SC, no ato da anotação e da renovação da Certidão de Responsabilidade Técnica, a listagem completa dos Profissionais de Medicina,

indicando o nome correto, o nível profissional e o número de inscrição no Conselho.

IV – Informar, mensalmente, ao CRM-SC, as admissões e as demissões, voluntárias ou não, dos profissionais de Medicina do Município.

V- Proporcionar e estimular o aprimoramento técnico-científico e ético dos profissionais de Medicina do Município.

VI – Participar do Processo de seleção do pessoal da área médica.

VII – Coibir o exercício ilegal da profissão.

VIII – Comunicar ao CRM-SC irregularidades referentes ao exercício profissional da Enfermagem.

IX – Exercer as suas atividades privativas, segundo consta na legislação do exercício profissional.

X – Delegar atividades, exceto as privativas de Médico, observando a competência técnica do profissional.

XI – Atender às convocações do CRM-SC nos prazos determinados.

XII – Empenhar-se, juntamente com os profissionais da saúde, por condições dignas de trabalho.

XIII – Comunicar, imediatamente, ao CRM-SC seu afastamento do cargo/função, solicitando o cancelamento da Certidão de Responsabilidade Técnica.

XIV – Proporcionar e estimular o aprimoramento técnico-científico e ético dos profissionais de Medicina sob sua responsabilidade.

XV – Cumprir e fazer cumprir as diretrizes e normas relativas à sua área de atuação.

**Art. 6º** A despesa desta lei, correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

**Art. 7º** Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 16 de novembro de 2017

**Gilberto Orlando Dorigon**

**Prefeito Municipal**